

DA ABOLIÇÃO À REPÚBLICA: A AGONIA DO ESTADO ESCRAVISTA

Mário Maestri*

A íntima conexão entre fim do cativo e queda da Monarquia não passou despercebida aos contemporâneos daqueles acontecimentos. Os nexos causais entre Abolição e República foram registrados pelo pensamento historiográfico da época e incorporaram-se ao inconsciente histórico nacional. Para as camadas populares — sobretudo para as de ascendência africana —, a Herdeira Imperial teria sido a principal agente da Libertação. Desde então, diversos historiadores apresentaram a República como uma retaliação da aristocracia cafeicultora desgostosa com o ato emancipador. Conta a tradição que, momentos após a assinatura da lei abolicionista, o barão de Cotegipe teria advertido a Regente: “Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu seu trono”. (1)

Ultimamente, perde força a legenda de Isabel, a Redentora dos escravos. Intelectuais negros e cientistas sociais apresentam a Abolição como uma farsa e negam-lhe caráter de momento histórico essencial. A veneração da comunidade negra à Princesa teria nascido de uma grande mistificação. Esta campanha de intoxicação historiográfica, lançada imediatamente após 1888, continuaria até hoje. Em verdade, a Abolição teria sido “um negócio de brancos”, uma conspiração para alijar a população negra do mercado de trabalho. Esta desvalorização do significado da Abolição imporia, no mínimo, a necessidade de procurar outras causas para a queda da Monarquia e o advento da República. Tem-se também, apresentado a transição republicana como uma ‘modernização conservadora’ despida de maior significado. (2)

Se a aparência e a essência dos fenômenos sócio-históricos coincidissem, desnecessárias seriam as ciências sociais. A consciência dos homens das razões dos fenômenos que vivem é determinada pelo nível de desenvolvimento histórico. Porém, a auto-consciência alienada de uma época pode espelhar, em forma invertida, razões essenciais dos fenômenos históricos

objetivos. É ingenuidade explicar as profundas raízes da legenda da Redentora como o resultado de uma onipotente conspiração historiográfica, como também o é compreendê-la como o merecido reconhecimento popular da imperial vontade abolicionista. São igualmente simplistas as explicações da conspiração cafeicultora contra o Terceiro Reinado e a apresentação da Proclamação da República como o resultado da 'Crise Militar' e da 'Crise Religiosa' — dois fenômenos de somenos importância próprios à superestrutura política.

Encontramo-nos entre aqueles que vêem na Abolição a única revolução social vitoriosa de nossa história. (3) Cremos ter sido a transição Monarquia/República a necessária metamorfose do Estado determinada pela transição trabalho escravo/trabalho livre, como base de nossa formação social. Um momento — essencial e complexo — impossível de se explicado como resultado da intervenção consciente (providencial ou conspirativa) de homens ou de classes sociais. Cremos ter a escravidão fecundado essencialmente dois terços da história nacional e determinado, quando de sua crise, a gênese do Estado republicano.

Com início da plantagem açucareira nas possessões luso-brasileiras, a partir da terceira década do Quinhentos, o escravismo articulou-se como forma hegemônica de produção.

Através de todo o período colonial, a produção esteve assentada sobremaneira sobre a mão-de-obra feitorizada, inicialmente indígena, sobretudo africana, a partir do início do Seiscentos. O modo de produção escravista colonial hegemônizou as outras formas de produção e determinou profundamente a sociedade brasileira até a Abolição. (4)

Durante todo este período, o mundo rural dominou o mundo urbano. A unidade produtiva de base era o latifúndio monocultor escravista. Em torno dele articulava-se a vida econômico-social da colônia. Esta economia agro-exportadora produzia regionalmente e dependia dos mercados internacionais para o escoamento de seus produtos. Em geral, pouco ou quase nenhum sentido tinham os 'mercados interno'. O Brasil colonial constituía-se de um mosaico de regiões produtivas semi-autônomas.

Estados Independentes

Capistrano de Abreu chegou a afirmar que, nos primeiros tempos, as capitanias viviam em verdadeira "condição de Estados estrangeiros". (5)

Apenas a ligação a uma mesma metrópole e uma administração colonial centralizada davam uma certa impressão de unidade às possessões luso-americanas. Mesmo isto deve ser relativizado: o *senado da câmara* — sob o firme controle das elites locais — exerceu, durante todo o período colonial, uma ampla autoridade — legal ou abusiva — sobre os assuntos municipais. Por longos anos — 1573-8; 1608-12; 1621-1772) — as capitanias do Norte e as do Sul foram administradas autonomamente (Repartição do Norte/Repartição do Sul; Estado do Brasil/Estado do Maranhão; Estado do Brasil/Estado do Grã-Pará e Maranhão). Os limitados meios de transporte reforçavam estes particularismos.

Açúcar, algodão, arroz, couros, minérios, etc., produzidos nas unidades escravistas, eram exportados para a Europa — via Portugal — pelos portos de São Luís, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, etc. De Portugal chegavam os manufaturados lusitanos e europeus. O tráfico negreiro garantia a reprodução da população cativa e articulava outras ligações sócio-econômicas entre a colônia e o exterior. Este padrão agro-exportador determinava fraca comunidade de interesse entre as diversas regiões da colônia.

O historiador inglês C.R. Boxer escreveu sobre o Brasil do início do século XVIII: “A colonização ficava, em sua maior parte, limitada a um certo número de colônias vagamente relacionadas umas às outras num cinturão costeiro que se estendia do delta do Amazonas até São Vicente, e dificilmente alcançava mais de trinta milhas de largura.” Devido ao sistema de ventos e as correntes, os contatos entre o Pará e o Maranhão e Lisboa eram mais fáceis e usuais do que entre o Norte e a Bahia ou o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro mantinha ligações mais estreitas com Luanda do que com Salvador. Era grande a comunhão entre a Província de São Pedro e a Banda Oriental: quase nada unia o Extremo-Sul à Amazônia luso-brasileira. Emília Viotti da Costa lembra que ainda “às vésperas da Independência eram mais fortes os laços das várias províncias com a Europa do que entre si”. (6)

Nos limites das diversas regiões produtivas, as classes dominantes coloniais controlavam o essencial do poder econômico-social e viviam numa situação de relativa sujeição e subordinação política diante da administração e das elites metropolitanas. A crise do mercantilismo expressava o novo reordenamento europeu de forças. Com o desenvolvimento da produção capitalista na Europa Central, as nações ibéricas, incapazes de realizarem suas revoluções burguesas, estavam fadadas a perderem suas possessões americanas. O ‘pacto colonial’, que garantira no passado o desenvolvimento das colônias e das metrópoles, constituía, agora, um entrave ao desenvolvimento do Novo e do Velho Mundo.

Nas Américas, as elites coloniais, exasperadas pelo caráter crescentemente parasitário do exclusivismo comercial metropolitano e conscientes do controle econômico que exerciam nas suas respectivas áreas de influência, lançaram-se à conquista do controle total do poder político. Os diversos projetos emancipacionistas articulavam-se e ganhavam força no contexto dos espaços geo-econômicos reais pré-existentes. As treze colônias anglo-americanas alcançaram a libertar-se por primeiro, em 1776-83. A existência de um certo grau de interdependência, a necessidade das elites de defendem-se da ex-metrópole e da população livre pobre ensejaram a formação de uma república federativa onde os Estados membros gozavam, principalmente nos primeiros anos, de uma real independência quanto às suas questões internas.

Na América espanhola, nenhum esforço ou ideário americanista alcançou a se sobrepor à força das tendências centrifugas dos diversos blocos geo-econômicos. No Brasil atuavam os mesmos fatores que resultaram na atomização político-territorial hispano-americana. Em Pernambuco, em 1645, quando da revolta anti-holandesa, e em 1710, quando da chamada Guerra dos Mascates, chegara-se a discutir a independência da capitania. A chamada Revolução Pernambucana, de 1817, o primeiro grande movimento republicano no Brasil, foi netamente separatista. O unitarismo brasileiro constitui um dos grandes 'mistérios' de nossa história. Oliveira Viana reflete bem esta perplexidade: " (...) nada, nenhuma necessidade poderosa nos levava (...) à integração do país dentro de uma possante armadura de poderes 'nacionais' ". (7)

Filho da Escravidão

O Brasil emergiu da independência como um Estado unitário e centralizado: não conhecemos nem mesmo o federalismo que organizou, por longos anos, as ex-colônias britânicas. Cremos que o Estado monárquico, autoritário e centralizador brasileiro tenha resultado da necessidade das elites nacionais de enfrentarem o problema da independência e da gestão constitucional do novo Estado sem colocarem em perigo a espinha dorsal da economia colonial: a produção escravista.

O monsenhor Muniz Tavares, coevo àqueles acontecimentos, assinalava que a transferência da corte portuguesa para o Brasil — 10 mil pessoas — decretara um fim indolor ao regime colonial brasileiro. (8) Salvo engano,

trata-se do único caso, nos Tempos Modernos, de transmigração dos estratos superiores de uma classe dominante para uma colônia. O estabelecimento da Corte do Rio de Janeiro levava para ali o centro das decisões anteriormente monopolizadas pela metrópole. A abertura dos portos terminava com o exclusivismo comercial. Aparentemente, permaneceria apenas para ser resolvida a questão da gestão absolutista do Estado. Problema este agravado pela privilegiação étnica praticada pela Coroa luso-brasileira.

A Revolução do Porto, de 1820, e seu projeto de recolonização recolocaram com mais força — para as fações senhoriais que defendiam um projeto unitarista — problemas eclodidos quando da chamada Revolução Pernambucana. Como já assinalamos, importantes elites regionais almejavam um processo de independência estranho a qualquer partição ou subordinação nacional do poder. Piorando tudo, o poder central — sediado no Sudeste desde o ciclo da mineração (1763) — via-se agora diante de um Nordeste, mais populoso e em relativo auge econômico, que resistia em aceitar a gestão quase estrangeira do Rio de Janeiro. Eram também fortes as tendências autonomistas do Norte e do Sul. Tudo apontava para a explosão do Brasil em repúblicas organizadas a partir das principais sub-regiões coloniais.

As elites 'brasileiras' defrontavam-se com graves problemas quando do fim do período colonial: pressão inglesa pela abolição do tráfico transatlântico, federalismo radical, separatismo, semi-monopólio lusitano das atividades comerciais e mercantis. Entretanto, a grande questão era social. Como autonomizar-se de Portugal e "nacionalizar" as atividades comerciais sem comprometer a organização social escravista. Haiti e os sucessos hispano-americanos eram avisos premonitórios. Fortes choques entre tropas metropolitanas e coloniais ou profunda divisão entre as elites coloniais colocariam certamente em perigo a necessária submissão da escravidão e dificultariam a desfeza da continuidade do tráfico tumbeiro.

Um estado generalizado de guerra facilitaria fugas e aquilombamentos maciços das escravarias e suas cooptações pelas facções senhoriais em luta. Se a colônia explodisse em diversas repúblicas, cresceriam as dificuldades para manter a escravidão nas regiões onde ela mostrava-se economicamente produtiva. Os Estados abolicionistas acoutariam os escravos fujões — como já o faziam as Guianas e as possessões hispano-americanas. O preço dos escravos cresceria sobremaneira. Os pequenos Estados escravistas dificilmente sobrepor-se-iam ao abolicionismo britânico do comércio tumbeiro.

O Estado monárquico, autoritário e centralizador foi criatura da escravidão. Teve como parceiro, nos momentos da definitiva ruptura com Portugal, os interesses negreiros e escravistas. A Independência deu-se sob

a batuta cautelosa e conservantista dos grandes senhores de escravos. As veleidades republicanas, separatistas ou federalistas radicais de importantes facções senhoriais regionais foram recalçadas em prol da segurança e perpetuação da produção escravista. A solução encontrada foi a mais conservadora possível — a “entronização de um príncipe português, o próprio filho e herdeiro do rei de Portugal”. (9) Apenas a intransigência das Cortes lusitanas impediram uma solução ainda mais tímida: ou seja, a monarquia dual.

Tempos Conturbados

A submissão das classes senhoriais “periféricas” ao centralismo imperial e aos interesses da nova corte foi parcial. A Confederação do Equador, de 1824, retomando os grandes objetivos da Revolução Pernambucana, mostrava que, para muitos nordestinos, pouco diferença fazia se as rendas da região ajudassem a financiar a iluminação de Lisboa ou a do Rio de Janeiro. A centralização do poder pela corte sediada no Rio de Janeiro era um quase arremedo, no interior das fronteiras do novo Estado, da antiga ordem colonial.

Os movimentos de 1817 e de 1824 não contaram com o apoio dos grandes senhores de terra e de escravos da região. Temia-se a agitação servil e não revelado ideário abolicionista: de nada serviram as garantias de respeito à escravidão dadas pelos revolucionários. “Patriotas pernambucanos — lembrava o conhecido manifesto revolucionário — ! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e escravos.” O que, segundo o manifesto, não era verdade pois os revolucionários acreditavam que “a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade.” (10)

Foram conturbadas as primeiras décadas após a Independência. As classes senhoriais brasileiras defrontaram-se com graves problemas. A entronização de Pedro I permitira uma independência de transação e, portanto, relativamente pacífica. Pagara-se por isso. O grande e o pequeno comércio continuavam quase totalmente em mãos lusitanas. Os senhores de escravos e de terra permaneciam indvidados junto aos grupos comerciais lusitanos. Pedro I, nas negociações com os ingleses, quando do reconhecimento do novo Estado, comprometera-se com a abolição do tráfico transa-

tlântico de escravos. Permaneciam as exigências autonomistas e federalistas de importantes facções senhoriais.

Estes três problemas foram resolvidos, em grande parte, com o golpe de 7 de abril de 1831. As elites senhoriais depuseram Pedro I, imperador autocrático, protetor dos interesses lusitanos e comprometido com o fim do tráfico negreiro. Preparavam-se as condições para o Ato Adicional de 12 agosto de 1834, que criou um sistema de assembléias provinciais fortalecidas, diminuindo o poder discricionário do governo central. Não era apenas política a crise que sacudia a Nação. Cresciam as dificuldades dos segmentos subalternos: escravos, libertos, livres pobres. A liberdade de comércio golpeara fortemente a nascente e frágil produção artesanal e manufatureira brasileira. Sob a pressão inglesa, o Brasil foi inundado de manufaturados degradando-se o balanço comercial nacional. As negociações em torno do reconhecimento do novo Estado endividaram fortemente o erário público.

Os desmandos econômicos, a dívida internacional, os reflexos da queda dos preços das exportações foram lançados sobre as costas largas das classes subalternas. A moeda falsificada — forma que assumia a inflação — acrescia a tradicional miséria dos livres pobres. Os escravos vergavam sobre o açoite cada vez mais exigente dos feitores. No período regencial explodiu toda uma série de movimentos liberais, federalistas, separatistas ou sociais que ameaçava o frágil pacto unitarista alcançado em 1822. A força das partes parecia sobrepor-se à do débil todo.

Movimentos como a Cabanagem, Balaiada, Revolução Farroupilha, etc. — frustraram-se em maior ou menor grau, pela mesma razão que levara à derrota a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador. As elites regionais aceitaram a submissão ao poder central para não porem em perigo a ordem servil. O elevado número de ex-escravos arrolados nas fileiras farroupilhas comprovam não serem infundadas as restrições dos grandes escravistas a movimentos regionais dos quais eles seriam os grandes privilegiados. O rigor com que o futuro Duque de Caxias tratava os negros revoltados, enquanto concedia quartel ao balaios, não deixa ilusões sobre quem eram os principais inimigos das classes senhoriais. (11)

Novo Bloco Hegemônico

A Regência Una de Pedro de Araújo Lima inicia, em novembro de 1837, a reação anti-liberal, anti-federalista e centralizadora que abriria

caminho para o Segundo Reinado. (12) O novo governo constituía-se sobre a aliança de políticos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais que representavam os ricos senhores de terras e de escravos das principais zonas açucareiras e cafeicultoras. O principal eixo do novo bloco social hegemônico era a nova classe dos cafeicultores. Foi principalmente o desenvolvimento da cafeicultura escravista que cimentou o matrimônio entre monarquia e escravismo. Em poucas décadas, os 'barões do café', principal pilar da nova corte, transformaram-se na classe economicamente mais dinâmica a nível nacional.

A estabilidade do Segundo Reinado deveu-se sobretudo à pujança da expansão da cafeicultura e à perfeita interpretação, pela Monarquia, das necessidades da ordem escravista nacional. O autoritarismo monárquico do Segundo Império encobria, sob um falso verniz liberal, o governo duro e despótico de uma classe semi-colonial de proprietários de homens. O princípio da superioridade/autoridade, gerada pelo nascimento, de um homem — o imperador — sobre os seus súditos refletia e fortalecia, no mundo das abstrações ideológicas e das instituições políticas, a autoridade social despótica do senhor sobre seu negro.

A abolição do tráfico transatlântico, em 1850, iniciou a inexorável corrosão do escravismo brasileiro. Devido às condições de vida e trabalho, a população escrava não alcançava a reproduzir-se naturalmente. A alta do preço médio do cativo e a gênese de uma população livre pobre garantiram, por alguns anos, a transferência da população servil do Norte, Nordeste e Sudeste para o Centro-Sul, dos centros urbanos para as fazendas escravistas.

A concentração da população escrava nas zonas cafeicultoras ensejou importantes modificações na sociedade. Em inúmeras regiões e províncias, o escravismo passou de forma dominante a forma subordinada de produção e fortaleceram-se variadas formas de trabalho livre. (13) Por primeira vez, importantes facções sociais viviam à margem ou em contradição com o escravismo. A vitória do Norte na Guerra da Secessão e o desenvolvimento da opinião anti-escravista na Europa explicam também o surgimento, nos anos sessenta, de um importante movimento emancipacionista no Brasil.

Os cafeicultores fluminenses e paulistas constituíam a facção social nacionalmente hegemônica. Isto permitiu que o escravismo permanecesse nacionalmente vigente mesmo quando o processo de desescravização se havia concluído em diversas regiões. O governo imperial reservou-se a questão servil e impediu que a instituição fosse abolida mesmo ali onde deixara praticamente de existir. O Ceará e a Amazônia foram apenas casos limites: em 1884, a escravidão praticamente deixara de existir naquelas províncias. Não é aqui o momento de analisar detidamente as manobras com

que as instituições monárquicas mantiveram em pé, até os fins dos anos 80, a ordem servil.

Guerra do Paraguai, Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários foram alguns dos recursos e justificativas com os quais postergou-se o fim do escravismo. O processo de desescravização determinado pela mortalidade e envelhecimento dos eitos diminuía entretanto a importância nacional do trabalho servil e aumentava a do trabalho livre. Fortaleciam-se o movimento abolicionista, em geral, e seus setores mais radicalizados, em especial. Por primeira vez em nossa história, a luta centenária dos cativos contra a escravidão encontrava apoio em importantes facções sociais livres.

Insurreição Escrava

Desde o primeiro semestre de 1887, sentindo o fortalecimento do abolicionismo, a massa escrava iniciou o abandono maciço e pacífico das fazendas e o início da reivindicação de relações contratuais de trabalho. Os cafeicultores paulistas, sentindo a nova situação, começaram a converter-se resolutamente ao imigrantismo. O Partido Republicano e a Igreja aderiram igualmente ao abolicionismo. Em setembro de 1887, os fazendeiros de Campinas começam a manumitir seus escravos desde que trabalhassem para seus senhores até 1890. Neste interim, as fugas se multiplicavam e assumiam um novo caráter. “Em meados de outubro — escreve R. Conrad — cerca de 150 homens, mulheres e crianças, armados com pistolas, facas e machados, fugiram de uma fazenda do município de Capivari, perto da cidade de Itu, (...). A batalha que se seguiu contra a polícia, que causou a morte de um dos perseguidores e muitos feridos de ambos os lados, terminou com uma vitória para os escravos, que dominaram seus oponentes, os despiram e espancaram.”

O incidente teve grande repercussão e a radicalização dos cativos não deixou de render frutos imediatos. Dias após, em 26 de outubro, o Clube Militar pedia respeitosamente à Regente que o exército não interviesse mais na captura de escravos que fugiam pacificamente das plantações. Em poucos meses mais, a produção escravista encontrava-se destruída pois as fazendas encontravam-se desertas de cativos. Sem a mesma força, o mesmo processo fez-se sentir praticamente em todo o Brasil, ali onde a escravidão ainda subsistia. O caráter multitudinário do movimento e o apoio com que contava levaram os cafeicultores a abandonarem qualquer veleidade restauracionis-

ta e a abraçarem a proposta de importação de trabalhadores estrangeiros livres. (14)

A Europa e sobretudo a Itália contavam com uma importante população rural excedentária. Como havia alguns anos que as relações sociais escravistas emperravam o desenvolvimento da produção cafeeicultora e era necessário construir, agora, um 'exército agrícola de reserva', nos 10 anos imediatamente posteriores à Abolição, ingressou no Brasil uma massa de mais de 1 milhão de trabalhadores estrangeiros. Com a Abolição, superava-se o modo de produção escravista colonial que, por mais de três séculos, hegemonizara as outras formas de produção e organizara a sociedade brasileira segundo às suas necessidades.

O fim do escravismo dissolvia as condições que tinham gerado e sustentado o centralismo monárquico. A defesa do tráfico negreiro, o submetimento da população escrava, a manutenção da ordem escravista eram problemas que passavam da preocupação das elites para as páginas da História. A decadência da cafeeicultura fluminense inviabilizava aquela província como centro de poder: São Paulo começava a pedir, sem muita cerimônia, licença para passar. As antigas tendências separatistas se haviam arrefecido no contexto do desenvolvimento de incipientes mas reais laços nacionais, apesar de ainda serem muito fortes as reivindicações federalistas. Novas formas de produção e novas classes sociais exigiam novas e mais complexas formas de dominação. Com a Abolição, extinguiu-se e metamorfoseava-se a classe que sustentara, por mais de sessenta anos, a Monarquia dos Braganças — os grandes senhores de escravos.

Não deixa de ser uma ironia histórica que o Primeiro e Segundo Reinados tenham arrancado suas forças da defesa intransigente do escravismo e que o Terceiro tenha tentado, com a Guarda Negra (14), defender-se do movimento republicano arregimentando as massas negras e miseráveis urbanas paridas, em boa parte, pelo fim da escravidão. A Abolição — movimento revolucionário — foi produto sobretudo do agir escravo em aliança com as facções abolicionistas radicalizadas. É uma outra ironia histórica — que encontra parte de sua explicação na indigência sócio-cultural dos ex-escravos — que a vitória abolicionista tenha sido captado pelo inconsciente histórico dos agentes do processo e de seus descendentes como uma outorga se não como uma conquista. Uma interpretação que a historiografia tradicional apenas fortaleceu e normalizou. Já em 1888, morria a consciência da Libertação e nascia o mito da Abolição.

O golpe Militar de 15 de Novembro de 1889 lançou por terra um edifício já sem fundamentos. A Primeira Constituição Republicana sancionaria ao nível institucional o novo reordenamento nacional de forças. A

permanência do caráter agro-exportador, a dominância de formas de trabalho livre, a transição efetuada desde as alturas, as reivindicações autonomistas das elites regionais, tudo isto determinou a essência do novo Estado que assumiria um caráter mais conservador e federalista do que republicano e popular.

Notas:

- (1) Segundo parece, os ex-escravos utilizavam os vocábulos *liberdade e libertação* para se referirem ao fim do cativeiro. O termo erudito *Abolição* teria sido vulgarizado pelos estudos historiográficos. Cf. MAESTRI FILHO, M. J. *Depoimentos de Escravos Brasileiros*. São Paulo, Icone, 1988. pp. 25 et seq.; apud. CALOGERAS, J.P. *Formação Histórica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo, CEN, 1967. p.285.
- (2) IANNI. *O Escravidão e Racismo*. São Paulo, IUCITEC, 1968. p.33; Sobre a 'conspiração', ver, por exemplo: AZEVEDO, C.M.M. *Onda Negra, Medo Branco*. O negro no imaginário das elites — séc. XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; sobre modernização conservadora, ver, por exemplo, EISENBERG, P.L. *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: Campinas, Unicamp, 1977.
- (3) Sobre a Abolição, como transição revolucionária, ver: GORENDER, Jacob, *A Burguesia Brasileira*. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986; FREITAS, Décio. *O Escravismo Brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982; SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil, 1888-1891*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; MAESTRI, Mário. *Servidão Negra*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988; LOPES, Luís C. *O Espelho e a Imagem. O Escravo na historiografia brasileira (1808-1920)*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1987.
- (4) Sobre o modo de produção escravista colonial, ver: GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. 5ª ed. São Paulo, Atica, 1988; sobre o momento da transição indígenas/africanos, ver: SCHWARTZ, S.B. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Cia. das Letras, 1988. pp.57-73.
- (5) ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial. 1500-1800*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, Mec, 1976. p.45.
- (6) Cf. BOXER, C.R. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo, CEN, 1963. p.36; _____, *Salvador de Sá. E a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. São Paulo, cen/edusp, 1973. P.33; COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 29.
- (7) Cf. BOXER, C.R. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo, C.E.N., 1963. p.135-6; VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. V.1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973. p. 259. A historiografia tradicional explicou comumente a unidade nacional brasileira a partir da intervenção providencial de D. Pedro I ou de José Bonifácio. Cf. COSTA, E.V. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- (8) TAVARES, Francisco Munis. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 3ed. Recife, Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano, 1917.

- (9) FREITAS, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- (10) *Apud*. TAVARES, F.M. *Op.cit.* p. ccv.
- (11) Cf. SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. Rio, Bedeschi, 1946; MAGALHÃES, D.J.G. de "Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão". *Opúsculos Históricos e Litterários*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1865; SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão*. São Paulo, Ática, 1983.
- (12) Cf. CONRAD, Robert. *Tumbeiros*. O tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 107 et seq.
- (13) Cf. COSTA, Emília AV. *Da Senzala à Colônia*. 2 ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- (14) Cf., entre outros, CONRAD, R. *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975; COSTA, E.V. *Op.cit.*; SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo, 1885-1888*. São Paulo, IPE-USP, 1980.
- (15) Cf. RICCI, Maria Lúcia S.R. "A Guarda Negra e a República" *D.O. Leitura*. Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 8(86), julho de 1988. pp. 6-7
- * CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
IFCH/PUC-RS
90.620 PORTO ALEGRE-RS